

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8021881-13.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: ISRAEL SILVA ALMEIDA e outros (2) Advogado (s): JANAINÉ MORAES GUIMARAES, IVANIA MARIA BARBARA DE CAMARGO IMPETRADO: Juiz de Direito de Ribeira do Pombal, Vara Criminal Advogado (s): H ACORDÃO EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. TESES DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA, FAVORABILIDADE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E DE FALTA DE FUNDAMENTOS E REQUISITOS PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PACIENTE QUE TEVE SUA CUSTÓDIA RELAXADA PELO JUÍZO DE 1.º GRAU EM 18.07.2022. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 659 DO CPPB. ORDEM PREJUDICADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus n.º 8021881-13.2022.8.05.0000, impetrado pelas Belas. Janaine Moraes Guimarães (OAB/SP Nº 371.982) e Ivania Maria Bárbara de Camargo (OAB/SP Nº 384.434), em favor do Paciente ISRAEL SILVA ALMEIDA, apontando como Autoridade Coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de RIBEIRA DO POMBAL/BA. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1.ª Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em JULGAR PREJUDICADO O WRIT, nos termos do voto da Relatora. IVONE BESSA RAMOS Desembargadora Relatora

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Prejudicado Por Unanimidade Salvador, 1 de Agosto de 2022. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8021881-13.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª Turma PACIENTE: ISRAEL SILVA ALMEIDA e outros (2) Advogado (s): JANAINÉ MORAES GUIMARAES, IVANIA MARIA BARBARA DE CAMARGO IMPETRADO: Juiz de Direito de Ribeira do Pombal, Vara Criminal Advogado (s): H RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus liberatório, com pedido liminar, impetrado pelas advogadas, Bela. Janaína Moraes Guimarães (OAB/SP n.º 371982) e Bela. Ivania Maria Bárbara de Camargo (OAB/SP 384434), em favor de ISRAEL SILVA ALMEIDA, apontando como Autoridade Coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ribeira do Pombal/BA (Id. 29459183). Alegam, em suma, o excesso de prazo da segregação cautelar do Paciente, preso há mais de 140 (cento e quarenta) dias, uma vez que fora requerida a sua liberdade provisória e não houve manifestação do Juízo impetrado até o momento da presente impetração. Asseveram, ainda, a inexistência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva das imputações realizadas em desfavor do Acusado, salientando, no mais, a favorabilidade dos predicativos pessoais do Paciente, a baixa periculosidade de sua conduta, a ausência de sua intimação no processo originário. Por fim, afirmam a existência de risco que o Paciente corre pela possibilidade de sua transferência do presídio de São Paulo para a Bahia, por conta de facção criminosa relacionada ao crime em que supostamente o Paciente esteja acusado de envolvimento. Nesses termos, pleiteiam a concessão da Ordem de Habeas Corpus, para que a prisão do Paciente seja relaxada. Instruem a Exordial com documentos. O processo foi distribuído por prevenção a esta Desembargadora (Id. 29498323). O Juízo de piso prestou seus informes, no bojo dos quais cientificou o relaxamento da prisão da Paciente no dia 18.07.2022 (Id. 31787168), por meio da decisão de Id. 31783867. Em seu Parecer, a douta Procuradoria de Justiça posicionou-se pela prejudicialidade do Writ, diante da perda de seu objeto (Id. 31938972). É o relatório. IVONE BESSA RAMOS Desembargadora

Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Primeira Câmara Criminal 1ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL
n. 8021881-13.2022.8.05.0000 Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal 1ª
Turma PACIENTE: ISRAEL SILVA ALMEIDA e outros (2) Advogado (s):
JANAINE MORAES GUIMARAES, IVANIA MARIA BARBARA DE CAMARGO IMPETRADO:
Juiz de Direito de Ribeira do Pombal, Vara Criminal Advogado (s):
H VOTO Conforme relatado, assenta-se o Writ vertente, em suma, nas
teses de excesso prazal para a formação da culpa do Paciente ISRAEL SILVA
ALMEIDA, preso há mais de 140 (cento e quarenta) dias, uma vez que fora
requerida a sua liberdade provisória e não houve manifestação do Juízo
impetrado até o momento da presente impetração; inexistência de indícios
de autoria e prova da materialidade delitiva e existência de condições
pessoais favoráveis. Sucede que, conforme se extrai do informe encaminhado
pela Autoridade Impetrada (Id. 31787168), bem como a teor da decisão
juntada aos autos em epígrafe (Id. 31783867), a Autoridade Impetrada, na
data de 18.07.2022, relaxou a prisão do Paciente e determinou a expedição
de Alvará de Soltura. Nesse desiderato, resta prejudicada a presente Ação
Constitucional pela perda de seu objeto, conforme inteligência do art. 659
do CPP, in verbis: "se o juiz ou Tribunal verificar que já cessou a
violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido". Outrossim, na
doutrina, ensina Fernando da Costa Tourinho Filho: Tendo cessado o motivo
que deu causa à impetração do pedido de habeas corpus, obviamente ele
perde seu objeto, cai no vazio, não havendo razão para que seja apreciado.
Ou, como diz o artigo em exame, o pedido fica prejudicado, ante a ausência
de qualquer interesse na sua solução. (in Código de Processo Penal
Comentado, volume 2, p. 537). Por todo o exposto, na esteira do Parecer
Ministerial, com fulcro no art. 659 do Código de Processo Penal
Brasileiro, JULGA-SE PREJUDICADO O PRESENTE WRIT. IVONE BESSA RAMOS
Desembargadora Relatora